

Técnicos apontam riscos na revisão do PDOT

Grupo que analisou Plano Diretor do DF teme adensamento populacional

LUÍSA MEDEIROS

A revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT) ainda nem foi apresentada na primeira audiência pública, marcada para o próximo sábado, e já provoca polêmica. Para um grupo formado por técnicos de órgãos ambientais, o futuro do DF está ameaçado com a proposta sugerida pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), que prevê, segundo eles, o adensamento das cidades, com transformação de áreas rurais e de preservação ambiental em áreas urbanas.

O **Jornal de Brasília** teve acesso, com exclusividade, a um documento feito pelo grupo que elenca uma série de falhas na elaboração do plano. A principal delas é que a secretaria estaria alterando, profundamente, o modelo de ocupação equilibrada entre áreas urbanas e rurais do DF – inspirado no projeto urbanístico de Lúcio Costa – para um fortemente adensado, sem definição dos limites entre uma cidade e outra (chamada de conurbação). Um exemplo desse adensamento pode ocorrer com o Guará, cujo Plano Diretor Local (PDL) prevê a criação de novas áreas residenciais, o que praticamente fará dobrar o número

de moradores da cidade.

De acordo com o texto, "a organização urbano-rural, aprovada e consolidada no DF, é aquela onde Brasília seria um pólo urbano central com uma constelação de cidades permeadas por núcleos rurais, unidades de conservação, áreas de infiltração de águas pluviais para manter os mananciais". E isso, segundo os técnicos, não seria mantido pela revisão do PDOT.

Além desses detalhes, o texto aponta que "a proposta não está devidamente embasada na capacidade de suporte do território do DF", e ainda, "elimina a atual Zona de Conservação Ambiental" para estabelecer apenas "uma Macrozona Rural e outra Macrozona Urbana".

"Eles querem transformar o DF numa São Paulo", afirma o superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos Renováveis (Ibama), Francisco Palhares. A secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diana Motta, para quem "a revisão está considerando as ocupações reais do território", nega que o modelo de organização urbano-rural esteja sendo modificado a este nível. "Não podemos esquecer da dinâmica urbana e da dimensão demográfica", contesta a secretária. "A revisão está harmonizada com os interes-



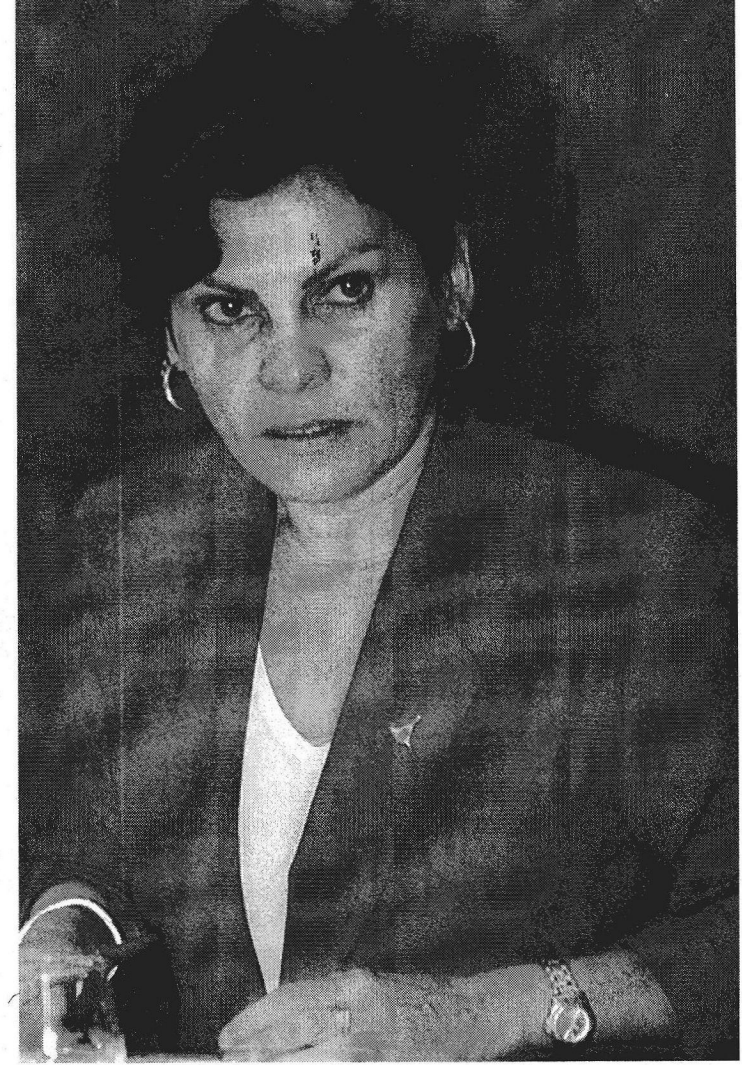
Francisco Palhares: "Querem transformar o DF numa São Paulo"

ses ambientais e com as necessidades de desenvolvimento urbano", interpreta.

DEBATES – O PDOT é um instrumento utilizado para definir a ocupação das áreas urbanas e rurais das cidades, levando em conta questões ambientais, habitacionais, socioeconômicas e, no caso do DF, da área tombada. A Se-

duh está fazendo a revisão do plano, em vigor desde 1997, para traçar um planejamento urbano e territorial válido pelos próximos 12 anos. Isso significa que o processo incide diretamente na vida dos dois milhões de habitantes do DF e de um milhão de moradores do Entorno.

A revisão é complexa e, para facilitá-la, desta vez, in-



Diana: "Revisão está harmonizada com os interesses ambientais"

centivou-se a participação popular e foram criados grupos de trabalho para discutir temas como mobilidade urbana e transporte; habitação, equipamentos e infra-estrutura urbana; desenvolvimento sustentável e geração de emprego e renda; sistema de planejamento e gestão territorial; e a proteção do patrimônio ambiental e cultural.

O último tema é objeto de análise de um grupo formado por técnicos da Caesb, Secretaria de Meio Ambiente (Semarh), Comparques, Divisão de Vigilância Ambiental da Secretaria de Saúde, Ibama e organizações não-governamentais. Eles acompanham o processo e foram os responsáveis pelo documento que faz críticas ao PDOT.

MINERVINO JÚNIOR / 28.09.05

FERNANDO RODRIGUES / 1 9.05.05